

Diretor do Sindsep/MA toma posse como presidente do COREN

Em solenidade concorrida, tomaram posse ontem, segunda-feira, 04, os 18 novos Conselheiros – enfermeiros e técnicos de enfermagem, eleitos pela Chapa 3 – Juntos podemos mais, para o triênio 2021/2023 do COREN-MA. O evento aconteceu na sede da Entidade e finalizou um processo eleitoral com grande participação da categoria em todo o estado.

Após a cerimônia de posse da chapa, foi realizada a eleição da nova Diretoria da Entidade para a gestão 2021/2023. Participaram da votação os conselheiros eleitos como efetivos, que escolheram o Enf. José Carlos Junior como presidente e delegado regional. O Enf. Deusdete Fernandes foi eleito secretário e como tesoureira foi escolhida a Téc. de enf. Kelly Inaiane. Já a Enf. Livia Bustamante, de Imperatriz foi eleita delegada regional suplente.

O presidente eleito, em seu discurso destacou a importância do COREN para a categoria, agradeceu o empenho de todos e colocou como base para a gestão a participação da categoria e máxima transparência nas ações da nova direção. “Nós trabalharemos incansavelmente para defender os direitos de nossa categoria e as boas práticas na enfermagem”, disse o agora presidente do COREN-MA, José Carlos Junior, que é também diretor de Organização e Política Sindical do Sindsep/MA.

Estiveram presentes à solenidade de posse também, o secretário de Saúde de São Luís, Dr. Joel Nunes, o presidente do Sindicato Sindsep/MA, Raimundo Pereira e o presidente da CUT/MA, Manoel Lages.

“Nesse momento de constantes ataques à democracia em



nosso país é simbólico que uma categoria tão importante mostre a força da eleição direta para a escolha de seus representantes. Parabéns a todos que de alguma forma participaram desse momento de fortalecimento das instituições e principalmente da categoria”, disse Raimundo Pereira.

O presidente da CUT/MA destacou a importância do Con-

selho para a defesa da categoria e colocou a Entidade à disposição para o fortalecimento das lutas e conquistas para os profissionais de enfermagem no Maranhão. “Estamos aqui para parabenizar a nova direção do COREN e mais uma vez colocar a CUT à disposição dos companheiros e companheiras para juntos garantirmos a valorização da categoria e os di-

“Sindsep Entrevista”

O programa semanal “Sindsep Entrevista”, apresenta na sexta (08/01/2021), o Presidente do Coren/MA (Conselho Regional de Enfermagem), José Carlos Costa Araújo Junior, na pauta a “A pandemia e os desafios da nova gestão”.

O SINDSEP ENTREVISTA vai ao ar todas as sextas feiras às 10 da manhã e transmitido ao vivo pela página do Sindsep/MA no facebook.com/Sindsep.MA.

SINDSEP Entrevista



RICARDO MILAN
Jornalista - SINDSEP/MA
DRT 785 MA



JOSÉ CARLOS C. ARAÚJO JUNIOR
Presidente do COREN/MA
(Conselho Regional de Enfermagem)



Phone: (98) 2108-0001 | www.sindsep.org.br | [Sindsep.MA](#) | [@SindsepMaranhao](#) | [@SindsepMaranhao](#)



reitos dos trabalhadores", afirmou Manoel Lages.

Novo salário mínimo tem o menor poder de compra para cesta básica em 15 anos

O novo salário mínimo no valor de R\$ 1.100,00 não deverá ter aumento real ou terá ganho ínfimo acima da inflação. Isso só se saberá na semana que vem, quando sai o resultado do INPC (e do IPCA) de dezembro e de todo o ano de 2020. O que já se sabe, segundo estimativa do Dieese, é que o salário mínimo terá novamente o menor poder de compra em relação aos produtos da cesta básica desde 2005. A diferença é que, ao contrário de agora, naquele período havia uma política de valorização do salário mínimo em curso.

O instituto estima em R\$ 696,71 o valor da cesta básica em São Paulo neste mês. Assim, o salário mínimo reajustado equivale a 1,58 cesta básica, mesma proporção de 2020 e a menor desde 2005 (1,60). De 2006 a 2019, essa proporção sempre esteve próxima ou acima de duas cestas, chegando a 2,16 em 2017.

No ano passado e neste, praticamente um "empate" em relação à inflação. O INPC de dezembro será divulgado no próximo dia 12. De janeiro a novembro de 2020, ficou acumulado em 3,93%. Ao mesmo tempo, os preços dos alimentos não pararam de aumentar ao longo do ano, pressionando a cesta básica. Consequentemen-

te, a população mais pobre.

Impacto na economia

Em setembro, durante audiência no Congresso, o ministro Paulo Guedes se manifestou contra o aumento do salário mínimo. Afirmou que, em tempos de crise, isso seria "condenar as pessoas ao desemprego". Desconsiderou a inflação.

O Dieese estima que 50 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo. E, com o reajuste, calcula em aproximadamente R\$ 30 bilhões o incremento de renda na economia brasileira.

Marchas a Brasília

A política de valorização do salário mínimo surgiu a partir de iniciativa da CUT e centrais sindicais, que realizaram uma série de "marchas" para Brasília. Tornou-se lei nos governos Lula e Dilma. O critério de reajuste considerava o INPC do ano anterior. A título de aumento real, o PIB de dois anos antes. Previsita na Lei 13.152, de 2015, a regra era válida até 2019, quando houve ganho real de 1,14 ponto percentual.

Fonte: CUT



O Sindsep/MA através da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais está orientando os servidores que trabalharam ou trabalham em condições insalubres e que tenham interesse na averbação do tempo especial como tempo comum, para fins de aposentadoria e abono de permanência que, em primeiro lugar, solicitem a averbação administrativamente perante o respectivo setor de recursos humanos, para facilitar a instrução da ação judicial e demonstrar para o Judiciário a

necessidade de ajuizá-la, ante a negativa do órgão.

Além disso, entendemos que o referido requerimento já deve conter a solicitação de que o órgão forneça as fichas financeiras relativas ao período em que o servidor trabalhou sob condições insalubres e o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, a fim de que, em caso de indeferimento, os advogados já saibam se será necessário o pedido de fornecimento de tais documentos para instruir a ação judicial.